



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

REFLEXÕES SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DO UNIFORME ESCOLAR NO INTERIOR DA ESCOLA PRIMÁRIA (BAHIA, ANOS 20 DO SÉC. XX)

Ladjane Alves Souza
(UESB)

RESUMO

As indagações que dão origem a este artigo emergem de questões relacionadas com o tratamento das diferenças, um desafio do tempo presente. Mas para ampliar a compreensão desse desafio, recorreu-se ao passado, especificamente na década de 1920 e, mais precisamente, na Primeira República. A República emerge do projeto cultural de modernidade, e por estarmos de alguma forma hoje na pós-modernidade, vivemos os dilemas nascidos lá, mesmo que envoltos em outros entraves dos tempos de agora. A proposta deste trabalho é estudar a função social do uniforme escolar utilizado no interior da escola primária uma vez que esta indumentária é um importante símbolo que até hoje “uniformiza” alunos que são iguais e diferentes em muitos aspectos.

PALAVRAS-CHAVE: Escola primária; Uniforme escolar; História da Educação.

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é estudar a função social do uniforme escolar utilizado no interior da escola primária uma vez que esta indumentária é um

*Pedagoga pela Universidade do Estado da Bahia, aluna especial do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade. Auxiliar de pesquisa do Projeto Levantamento e sistematização de referências documentais sobre a construção da escola primária na Bahia 1889-1930, Projeto Memória. Tutora do Programa de Formação Inicial para Professores em exercício na Educação Infantil – PROINFANTIL. Endereço eletrônico: ladjaneasouza@yahoo.com.br.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

importante símbolo que até hoje “uniformiza” alunos que são iguais e diferentes em muitos aspectos.

Este artigo apresenta algumas das descobertas realizadas na construção da Monografia de conclusão de curso da Graduação em Pedagogia que tomou o título de: “TRATAMENTO PEDAGÓGICO DA DIFERENÇA NO INTERIOR DA ESCOLA PRIMÁRIA NA BAHIA: O uniforme escolar e seus disfarces no período de 1919-1929”.

O termo diferença foi inicialmente utilizado para designar os aspectos que identificam as pessoas, sem negar os elementos que as une e as igualam incluindo, desde as diferenças perceptíveis, como características físicas, traços étnicos e culturais, condições sócio-econômicas, aos traços subjetivos, como crenças, valores, desejos, personalidades, ou seja, os múltiplos traços das identidades individuais e coletivas que formam a humanidade. Pois “[...] as articulações da diferença e da igualdade se atualizam no sujeito [...]”. (FERRARI, 2006, p.3). Trata-se de uma perspectiva muito ampla de emprego do termo razão pela qual optou-se por iniciar o estudo do tema utilizando o uniforme como uma lente através da qual se poderia perceber como a diferença era tratada no interior da escola.

Ao utilizar este símbolo, fiz algumas descobertas significativas. Embora não tenha conseguido apreender o tratamento pedagógico da diferença no interior da escola primária da Bahia, na década de 1920, consegui, entre outras coisas, entender a função social do uniforme escolar na época.

A Metodologia

Considerando a orientação de Gil (1999) esta pesquisa é do tipo exploratório uma vez que:



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 1999, p. 43).

Em relação aos procedimentos para levantar informações é uma pesquisa documental que utilizou leis, relatórios e fotografias da década de 1920, o que permitiu a triangulação das informações.

O levantamento iconográfico reuniu um total de 115 fotografias, as quais apresentam imagens de alunos vestidos com uniformes escolares, sendo que foram realmente utilizadas na análise um total de 45 fotografias de escolas primárias da Bahia do início do período Republicano, e mais especificamente, da década de 1920 da escola primária da Bahia.

A Lei nº. 1.846, de 14 de agosto de 1925 que reforma a instrução pública e o Decreto nº. 4.218, de 30 de dezembro de 1925 que regulamenta a referida lei permitiram refletir sobre questões legais relativas ao uniforme escolar. Os relatórios sobre a instrução pública contribuíram para perceber as relações estabelecidas no interior da escola a partir das determinações legais

O uniforme escolar na Lei e no Regulamento de 1925

Estudar a função social do uniforme escolar na década de 1920 exige compreender a quem a escola estava servindo naquele período da educação baiana. De acordo com a lei as crianças entre 7 e 12 anos de idade estavam obrigadas a freqüentar a escola, sendo que a própria lei, provavelmente refletindo as condições sociais da época, o grande índice de analfabetismo e as poucas escolas existentes traz algumas ressalvas que, se não tivessem assim colocadas, resultariam em um



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

tratamento injusto para com os pais ou responsáveis sem condições de manter seus filhos ou tutelados dentro do recinto escolar.

A Lei estabelece uma obrigatoriedade cheia de exceções ao determinar que as famílias estavam isentas de cumprir o preceito da obrigatoriedade:

- a) Quando não houver escolas públicas em uma área de 2 km de raio;
- b) quando sofrerem de incapacidade física ou mental, enquanto não forem criadas escolas para anormais, ou sofrerem de moléstia contagiosa ou repulsiva;
- c) quando forem indigentes, enquanto não lhes for fornecido o vestuário indispensável.

A isenção surge também devido as condições sócio-econômicas da época. É importante considerar que, se por um lado havia um movimento nacional para democratização da escola, por outro não havia prédios escolares suficientes, havia dificuldades de controlar as epidemias e eram precárias as condições de vida da maior parte da população, entre muitas outras limitações que impediam o acesso e a permanência na escola.

Desta forma é interessante refletir sobre a função da caixa escolar, mecanismo de compensação da carência financeira das famílias que, embora já tenha sido mencionado em leis anteriores a de 1925, desempenhou um papel muito importante para garantir a freqüência dos escolares durante a administração de Anísio Teixeira no Estado.

O papel da Caixa Escolar na uniformização do vestuário dos alunos da escola primária no período de 1925 - 1928.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A Caixa Escolar aparece na Lei 1.846, de 14 de agosto de 1925, como uma possibilidade de contribuir para a freqüência dos escolares desfavorecidos quanto às condições socioeconômicas. O período da República em análise foi marcado por um desejo de ampliação do acesso do número de alunos no recinto escolar e a Caixa teve um papel muito importante neste processo.

A lei que reforma a instrução em 1925 estabelece em seu Art. 106º: “Com o fim de incrementar a freqüência à escola por parte das crianças menos favorecidas da fortuna, será criado na sede de cada município, uma caixa escolar”.

O Decreto que regulamenta a lei traz uma direção mais específica para utilização dos recursos das Caixas Escolares. Assim, prescreve:

Art. 378 – A caixa escolar incrementará a freqüência pelos seguintes meios:

- 1) fornecimento de merenda;
- 2) distribuição de roupas e calçados;
- 3) fornecimento de medicamentos;
- 4) distribuição de objetos indispensáveis ao uso pessoal;
- 5) distribuição de prêmios.

Sendo assim, este artigo favorece a utilização do patrimônio das Caixas Escolares, ou ao menos parte dele, com vestuário escolar. Considerando que a utilização do uniforme escolar já fazia parte da prática social, é possível levantar a hipótese de que ao abrir a escola aos que antes estavam fora dela houve, provavelmente, a inserção de um outro público no recinto escolar e, seguindo esta lógica, muda o perfil do público que dela passou a fazer parte. Teixeira (1928, p. 4) registra um aumento do número de crianças freqüentando a escola dizendo: “durante

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

o período do último quadriênio, a matrícula ascendeu de 47.589 em 1924 para 79.884 em 1927”.

Tudo indica que não havia uma obrigatoriedade no uso deste tipo específico de vestuário, pois na exploração dos documentos não foram encontradas no âmbito do Estado da Bahia normas legais que tenham imposto a utilização de um vestuário uniforme para alunos da escola primária, entre os anos de 1889 a 1929. Entretanto, os relatórios de inspetores e as fotografias revelam que essa era uma prática social comum.

A fotografia abaixo, assim como a maioria das fotografias, ou seja, aproximadamente 90% das levantadas, ratificam a utilização desta indumentária enquanto símbolo da cultura escolar do Estado da Bahia.

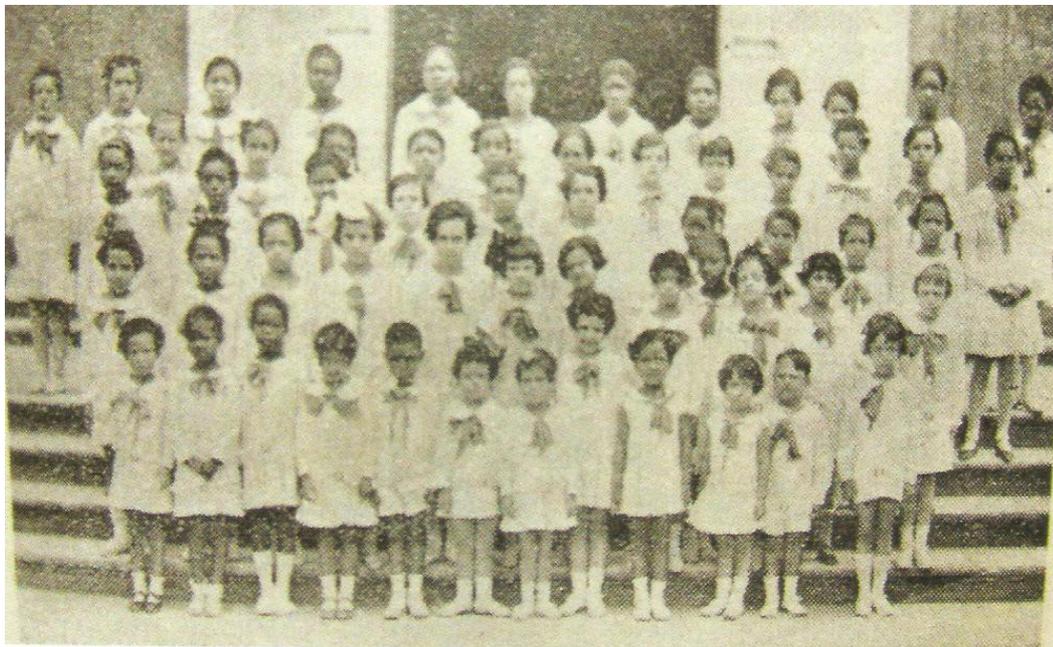


Figura 1- Escola da Rua do Motta - Capital, (TEIXEIRA, 1928, p. 26).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Considerando o novo momento que vivia a escola primária na Bahia, na década de 1920, foram criados mecanismos e ações para aumentar o acesso e a freqüência na escola. Este é um motivo que leva a pensar no aumento da presença de uma clientela pobre. É possível ainda que, com a melhoria da Instrução Pública, tenha ocorrido a migração de alunos oriundos das escolas particulares, os quais, mesmo não sendo a elite, possuíam alguma condição social e econômica. Misturavam-se na escola diferentes tipos de clientela.

Mello (1927, p. 4) reforça a hipótese de migração quando diz em seu relatório “A criação das escolas públicas diminuiu o número das particulares a que denominamos [...] acampamentos referimo-nos às que não têm existência fixa n’um lugar ou ambulantes como em Maracás.”.

Considerando o contexto da época, marcado por grandes índices de analfabetismo, sobretudo entre as pessoas mais pobres, a escola precisou viabilizar formas de manter freqüente o alunado proveniente de famílias destituídas de condições financeiras. E aí surge a questão do uniforme representar tanto uma maneira econômica de garantir um vestuário, uma vez que pode não ser apenas um, mas o mesmo, sendo utilizado, diariamente, nas escolas, e de significar, também, uma estratégia para diminuir as diferenças entre segmentos distintos da sociedade.

OS RELATÓRIOS DE ENSINO

O Relatório foi outro tipo de fonte utilizada, que acabou contribuindo para levantar questões sobre a utilização do uniforme escolar como prática social comum da época, como um símbolo da cultura escolar e como artefato que permite discutir o tratamento da diferença.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Foram analisados os relatórios do Inspetor Regional Elio Mello, do ano de 1927, e o Relatório do Diretor Geral da Instrução referente ao período de 1924 a 1928, ou seja, o relatório de Anísio Teixeira referente ao quadriênio em que administrou a educação na Bahia.

O Relatório Anual apresentado ao Diretor da Seção de Ensino Primário pelo Inspetor Escolar Élio B. S. Mello da 11^a Circunscrição de Jequié, em 03 de dezembro de 1927 aponta, de forma muito clara, uma das funções dos uniformes comprados com os recursos das Caixas Escolares. O inspetor afirma que havia “[...] equiparação dos direitos e regalias do aluno pobre aos do rico, nivelados sobre-tudo, pelos uniformes escolares³¹² (MELLO, 1927, p. 2).

O papel do uniforme como uma forma de nivelar e igualar distintos grupos que estavam dentro de um mesmo espaço escolar é uma afirmação direta de alguém que não só era membro da sociedade baiana da década de 1920, mas que estava inspecionando as 186 escolas da 11^a circunscrição, da qual era o inspetor responsável. Trata-se do depoimento de alguém que viveu a Instrução Pública no período em análise.

No capítulo IX – *Caixas escolares* do referido relatório está claro que o uniforme escolar era um dos elementos privilegiados na composição dos gastos com os recursos angariados para a caixa escolar desta Circunscrição. Veja-se: “A da Sede é, realmente, fecunda activa; tem escripta montada. Vede os seus balancetes. Auxiliou a 33 alumnos; dando a cada um beneficiado 2 uniformes; 1 bonete; 2 pares de meia; 2 pares de calçado, livros, etc.”. (MELLO, 1927, p. 9-10).

O relatório, além de confirmar a utilização dos recursos da Caixa Escolar para a compra de uniformes, também indica a importância atribuída aos mesmos, uma vez que os recursos eram principalmente utilizados para aquisição do vestuário que era

³¹²Todas as transcrições feitas da década de 1920 constam de acordo com a grafia da época.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

composto de 4 itens: uniforme, boné, meias e calçados. A lista de aquisições apresentada no relatório está acrescida dos itens “livros” e de um “etc.” que, provavelmente, refere-se a aquisições menos significativas.

O Relatório do quadriênio de 1924-1928, elaborado por Anísio Teixeira, Diretor Geral da Instrução Pública, confirma a operacionalização das prescrições legais constantes da Lei e Regulamento, anteriormente analisados, e permite deduzir que houve uma real preocupação em organizar, qualificar, ampliar e democratizar a Instrução Pública.

Neste relatório as Caixas Escolares mereceram uma apreciação relacionada com o seu êxito e sua ampliação. Passaram de 37 em 1926, para 65 em 1927. (TEIXEIRA, 1927). O texto reafirma o que está posto no decreto de 1925. Sobre o vestuário na Escola Normal relata que:

Foi adoptado um vestuário uniforme. Convinha estabelecer-se uma igualdade de condições, evitadas as exhibições de luxo pelas alumnas, tão nocivas a homogeneidade e espírito escolares. O custo desse uniforme está ao alcance de todos: para elle foi adoptado um modelo simples, correcto e de bom effeito nos conjuntos. TEIXEIRA, 1928, p. 70)

Este trecho estimula o levantamento das mesmas questões que já foram referidas. Mas ao referir-se à “homogeneidade” como elemento importante para o ambiente escolar faz emergir outras reflexões: Qual a razão da importância da homogeneidade, através da uniformização do vestuário no recinto escolar? Em relação a que aspecto a homogeneidade seria necessária?

CONSIDERAÇÕES FINAIS



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

As evidências encontradas possibilitaram a compreensão do uniforme escolar como uma indumentária utilizada para diminuir as distâncias entre alunos de diferentes condições sociais e econômicas.

A partir da necessidade tão explícita de igualar grupos economicamente distintos surgem questões como: é preciso, dentro do espaço escolar disfarçar as diferenças entre pobres e ricos através do uniforme escolar? A falta de um vestuário digno dificultava o trabalho docente? Dificultava a construção de relações entre os alunos? Promovia um distanciamento entre eles?

É evidente que esta análise não deve ser vista como um estudo de 'certezas'. Trata-se apenas de uma pequena incursão em torno do estudo das diferenças e da forma com eram tratadas no interior da escola. É preciso conhecer as práticas escolares do passado para compreender as práticas atuais, pois como diz Souza (2005, p. 254) "(...) conhecer o passado escrito na memória da escola, reelaborado no presente é um passo importante para conhecer como esta escola está pensando hoje."

Finalizando, convido a ficar por mais um tempo com este tema, através da fotografia abaixo, pois, colocar-se diante dela, assim como das outras fotografias e dos outros documentos levantados, permitiu conhecer o outro, suas histórias, suas diferenças e contribuir com algumas reflexões para a história da educação no Estado da Bahia.

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009



Figura 02 - Alunos da escola estadual de São José da Motta/ Bahia (TEIXEIRA, 1928, p. 50).

REFERÊNCIAS

- COLL, César. Os fundamentos do Currículo. In: __. **Psicologia e Currículo**. São Paulo: Editora Ática. 1996.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma História dos Costumes, 1 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FERRARI, Marian A. L. Dias. O papel da diferença na construção da identidade. **Boletim de Psicologia**, v. LVI, n. 124, p. 01-08, 2006.
- FILHO, M. Bergstrom Lourenço. **A uniformização do ensino primário no Brasil**. In.: CONFERENCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO(Curitiba, 1927). SEDIAE/INEP Brasília, 1997
- GATTI, BERNARDETE A. PESQUISA, EDUCAÇÃO E PÓS-MODERNIDADE: Confrontos e dilemas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 595-608, set./dez. 2005
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- LAFER, Celso. O Significado de República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p. 214-224.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

- LONZA, Fúria. História do uniforme escolar no Brasil. Empresa Rhodia. 2006.
- LUZ, Nacimária Correia do Patrocínio (org). **Tecendo contemporaneidade: pontos de diálogos sobre educação e contemporaneidade**. Salvador, BA: EDUNEB, 2007.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **Fontes visuais, cultura visual, história visual, balanço provisório, propostas cautelares**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.
- STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. v. 11 – Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- SOUZA, Clarilza Prado de. A escola instituição pensante. In: MENIN, Maria Suzana de Stefano e SHIMIZU, Alessandra de Moraes (orgs.). **Experiências e representação social: questões teóricas e metodológicas**. Casa do Psicólogo, 2005.
- LEI E DECRETO**
- LEI** n. 1.846, de 14 de agosto de 1925. Dispõe sobre a Reforma da instrução pública. Bahia. Leis do Estado da Bahia. Bahia, Imp. Of. do Est. 1925.
- DECRETO** n. 4.218, de 30 de dezembro de 1925. Dispõe sobre a aprovação do regulamento do ensino primário e normal. Bahia, Imp. Of. do Est. 1926
- RELATÓRIOS**
- MEIRELLES, Orlando. **RELATÓRIO** mensal das inspeções realizadas na 5ª. Circunscrição apresentado ao diretor da seção de Ensino Primário em 4 de julho de 1927-. APB. Bahia
- MELLO, Elias. **RELATÓRIO** anual das inspeções realizadas na 11ª circunscrição – Jequié apresentado ao diretor da seção de ensino em 31 de dezembro de 1927 APB.
- TEIXEIRA, Anísio Spinola (Diretor Geral de Instrução). **O Relatório do quadriênio 1924-1928**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1928.